

EXTENSÃO E INCUBAÇÃO COMO COMUNICAÇÃO: ITES IFAL ECOSOL E CAMPONESES/AS DO VALE DO PARAÍBA ALAGOANO

EXTENSION AND INCUBATION AS COMMUNICATION: ITES IFAL ECOSOL AND PEASANTS OF THE PARAÍBA VALLEY IN ALAGOAS

Beatriz Medeiros de Melo¹; Márcio Yabe²; Mariana Calheiros Angelo Lessa³; Lidiane de Almeida Pereira⁴; Diogo Ferreira de Almeida Rego⁵

¹Instituto Federal de Alagoas – IFAL. Autora correspondente: beatriz.melo@ifal.edu.br; ^{2,3,4,5}Instituto Federal de Alagoas – IFAL.

RESUMO: Este relato de experiência apresenta o percurso de uma relação de comunicação e partilha entre servidores/as do IFAL e camponeses/as do Vale do Paraíba alagoano, que se inicia em 2017 por meio de projetos de extensão, e se desenvolve em experiências de incubação no campo da economia solidária a partir de 2023. Partimos, por um lado, da compreensão da relação de extensão enquanto comunicação, e da importância de (re)contar experiências vividas para convidar à reflexão, transmitir sentidos e transformar realidades. Por outro, consideramos as experiências de incubação enquanto tecnologias sociais para o fortalecimento de grupos autogestionários a fim de melhorar suas condições de vida e trabalho. Com esse pano de fundo, recuperamos ações desenvolvidas junto aos sujeito/objetos deste relato, que passam por diferentes etapas: um período de aproximação e diagnóstico, com projetos de pesquisa e extensão que promoveram debates, palestras, rodas de conversa, visitas técnicas; e uma sequência de assessorias a diversas ações, como a constituição do Coletivo de Comercialização Roça do Vale, articulação do fornecimento da alimentação escolar do campus Viçosa via PNAE, reativação e assessoria ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável e, mais recentemente, constituição da primeira cooperativa de agricultura familiar da região, a Cooperativa Roça do Vale, e o Grupo de Consumo Responsável Campo no Campus. A rememoração deste processo evidencia o princípio da extensão enquanto comunicação defendido por Paulo Freire: aprendemos juntos, e juntos nos constituímos (camponeses/as e membros/as da incubadora) enquanto sujeitos na luta por melhores condições de vida e trabalho.

Palavras-chave: Extensão como comunicação. Economia Solidária. Campesinato alagoano.

ABSTRACT: This work presents the trajectory of a communication and sharing relationship between IFAL (Federal Institute of Alagoas) staff and farmers from the Paraíba Valley in Alagoas, which began in 2017 through extension projects and developed into incubation experiences in the field of solidarity economy from 2023 onwards. On the one hand, we start from the understanding of the extension relationship as communication, and the importance of (re)telling lived experiences to invite reflection, transmit meanings, and transform realities. On the other hand, we consider incubation experiences as social technologies for strengthening self-managed groups in order to improve their living and working conditions. Against this backdrop, we recover actions developed with the subjects/objects of this account, which go through different stages: a period of approach and diagnosis, with research and extension projects that promoted debates, lectures, discussion groups, technical visits and a series of advisory services for various initiatives, such as the establishment of the Roça do Vale Marketing Collective, the coordination of school meal provision for the Viçosa campus via the National School Feeding Program (PNAE), the reactivation and advisory services to the Municipal Council for Rural and Sustainable Development, and, more recently, the establishment of the region's first family farming cooperative, the Roça do Vale Cooperative, and the Responsible Consumption Group Campo no Campus. Recalling this process highlights the principle of extension as communication advocated by Paulo Freire: we learn together, and together we constitute ourselves (farmers and members of the incubator) as subjects in the struggle for better living and working conditions.

Keywords: Extension as communication. Solidarity Economy. Peasantry of Alagoas.

INTRODUÇÃO

O Vale do Paraíba alagoano, especificamente a região de Viçosa/AL, situada na região geográfica imediata de União dos Palmares (antiga microrregião Serrana dos Quilombos - IBGE) foi historicamente marcada pela presença da produção de cana-de-açúcar, pecuária e agricultura camponesa, estes últimos reconhecidos enquanto sujeitos políticos como agricultores/as familiares pelo menos desde a década de 90 no Brasil. Durante os séculos XIX e metade do século XX predominou na região a presença de engenhos e pecuária. Com a crise do setor canavieiro entre os anos 80 e 90, cresce a produção da pecuária e desdobra-se um processo de recampesinização que leva muitos dos antigos moradores a terras arrendadas, de reforma agrária, de crédito fundiário, doadas pela Igreja ou adquiridas por meio da compra (Melo et al., 2019).

É neste território e neste contexto que está situado o IFAL Campus Viçosa, que oferece os cursos de nível médio subsequente em Administração e de nível médio integrados de Informática para Internet e Administração, e através do qual teve início um processo de aproximação com os/as camponeses/as da região. A história deste território encontra-se, então, com a minha (da primeira autora). Tendo estudado e pesquisado trabalhadores/as rurais assalariados (Melo, 2008) e estratégias de reprodução social camponesa (Melo, 2013) a partir das reflexões no campo da Sociologia, logo ao chegar no campus Viçosa comecei a desenvolver, em parceria com outros/as servidores/as, projetos de extensão e pesquisa em torno da temática e junto a estes/as sujeitos/as. É, então, essa história e experiência que apresentaremos neste relato.

(Re)contar experiências é, num primeiro momento, resistir a um dos efeitos da modernidade descritos por Walter Benjamin (1994a): a morte do narrador. Para o autor, as experiências assombrosas das guerras do século XX silenciaram os sujeitos em seus traumas e temores, e, por outro lado, o desenvolvimento tecnológico e a circulação de informação num ritmo acelerado passaram a sobrevalorizar o novo, o moderno, o veloz. Assim, a *experiência vivida*, aquela que é transmitida de pessoa a pessoa, tantas vezes no coletivo e na forma de *narrativas*, sempre carregadas de conselhos ou 'lições de moral', que convida à reflexão e à transformação, perde importância e toma lugar o que o autor chama de *pobreza da experiência*, uma pobreza espiritual e comunicativa, que produz apenas o *vivenciamento*, que é

passageiro, fugaz, e não mais *experiência*, que efetivamente transforma os sujeitos envolvidos na relação comunicativa (Benjamin, 1994b).

Neste relato, pretendemos narrar a experiência desta relação entre uma instituição de ensino, pesquisa e extensão e os/as camponeses/as de Viçosa/AL inspirados/as, tal como o narrador de Benjamin, neste desejo de transmitir o valor e a importância de uma extensão popular, que coloca a instituição pública efetivamente a serviço da comunidade, e que se produz por meio de uma *ação comunicativa* (Habermas, 2022), entendida enquanto negação da pura troca de informação, e definida enquanto caminho de entendimento mútuo e cooperação.

Essa experiência, definida institucionalmente como ação de *extensão*, é entendida por nós, então, também a partir do diálogo como o campo da educação popular, enquanto *comunicação*, tal como definida por Paulo Freire (2014). A partir da crítica a um modelo tradicional de *extensão* rural, de natureza hierárquica, que se compreende como detentora e transmissora unilateral de um conhecimento (tal como sugere o termo *extender*), Freire defende uma extensão baseada no princípio pedagógico da troca de saberes, de natureza horizontal, onde técnicos/educadores/cientistas e camponeses/as aprendem juntos e transformam o mundo juntos a partir das potencialidades desse encontro de saberes. No caso da experiência que (re)contaremos aqui, estiveram envolvidos camponeses e camponesas de diversas comunidades rurais de Viçosa e municípios vizinhos, servidores/as de diversas áreas do campus Viçosa, docentes e técnicos (alguns dos quais são co-autores deste texto), estudantes que atuaram como bolsistas e agentes públicos municipais, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do IFAL.

Começaremos a revisitar essa história a partir do ano de 2017, e chegaremos até o momento em que nossa *extensão comunicativa* passou a dialogar mais diretamente com o movimento da *economia solidária*. Cabe destacar que esse movimento se iniciou para nós no ano de 2022 com o processo de articulação e institucionalização de incubadoras de economia solidária (ITES IFAL Ecosol) nos campi do IFAL, reforçando o compromisso institucional com os grupos populares autogestionários, com os princípios da educação popular e com a construção coletiva de tecnologias sociais que contribuam com a diminuição da desigualdade social.

Os sujeitos dessa relação de extensão-incubação comunicativa, os/a camponeses/as, são propriamente grupos populares autogestionários, estes sujeitos

da economia solidária cujos fundamentos são a propriedade coletiva ou associada do capital, baseada na liberdade individual e constituída em acordos coletivos e na autogestão, princípio que sustenta uma gestão democrática e participativa (SINGER, 2002). Ademais, camponeses/as são sujeitos definidos no campo da Sociologia a partir de alguns elementos distintivos: “a posição de sujeição em relação à sociedade mais ampla; a posse dos meios de produção; a utilização de mão-de-obra familiar (...); a busca por autonomia (...); a defesa de uma ética de subsistência” (Melo, 2013, p. 35).

Junto a estes sujeitos, entre 2017 e 2026 foram desenvolvidas 24 ações, sendo 6 projetos de pesquisa, 2 (dois) cursos de extensão e 16 projetos de extensão, em parceria com servidores/as do campo da Administração, Nutrição e Informática. As ações convergiram para o princípio da *incubação*, considerada tecnologia social que promove uma aproximação entre instituições de ensino, pesquisa e extensão e o campo da economia solidária, e têm como objetivo principal “a organização e o fomento de determinados tipos de assessorias aos empreendimentos da economia solidária que emergem em seu ambiente” (Matarazzo, 2016, p. 211).

A seguir, num primeiro momento, apresentaremos a metodologia de exposição deste relato, baseado na estrutura de “relato de experiência” enquanto método de comunicação de experiências construídas coletivamente, e num segundo momento, a metodologia que conduziu tais ações, discutindo num primeiro momento alguns princípios da metodologia da incubação e suas etapas. Em seguida, em “Resultados”, apresentaremos e analisaremos as ações desenvolvidas ao longo de quase 10 anos, relacionando-as às etapas do processo de incubação e destacando sua direção e os sentidos costurados, que culminaram mais recentemente na constituição da Cooperativa Agropecuária Regional de Viçosa/AL Roça do Vale.

METODOLOGIA

Enquanto método de exposição deste relato, consideramos a proposição de Mussi, Flores & Almeida (2021) de que o relato de experiência seja tratado não apenas como um momento para “contar uma história”, mas também como momento de tratá-la criticamente, à luz de um quadro referencial teórico que possibilite uma compreensão significativa de seus resultados. Para o autor, essa escrita deve remeter a pelo menos 4 (quatro) tipos de descrição: informativa, referenciada, dialogada e

crítica. A experiência vivida, assim relatada, constitui-se enquanto ciência, conhecimento que pode ser transmitido tanto entre estudiosos do tema quanto entre os sujeitos envolvidos no relato.

Demo (2003), também aponta para a importância deste tipo de escrita no sentido da valorização da experiência e do vivido, da partilha e comunicação de experiências exitosas, que, no caso específico da experiência do autor, dizia respeito às experiências escolares, do campo da educação. Consideramos a extensão também como ação comunicativa, e enquanto tal, tem no relato de experiência um gênero privilegiado, que, ao mesmo tempo em que exige um diálogo analítico a partir de um quadro de referência teórico, amplia o espaço e a liberdade para uma narração a partir do vivido, e não da teoria. O resultado dessa escrita, ao ser compartilhado, provoca processos reflexivos em diversas direções em leitores e leitoras, contribuindo para a ampla socialização dos resultados de nossos trabalhos coletivos.

O trabalho das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES), tratado a partir das palavras que compõe esse termo, conforme proposto por Addor e Laricchia (2018), remete ao trabalho de “fortalecimento de grupos que ainda estão se estruturando, para os quais elas servirão como suporte capaz de fazê-los crescer” (p. 15), a partir de “ferramentas, técnicas, máquinas e metodologias que sirvam para melhor estruturar seus processos de produção, gestão, comercialização” direcionados não apenas aos rendimentos econômicos mas também à melhoria das condições de trabalho e vida dos envolvidos (p. 15), em uma diversidade de ações que não se restringem à assessoria a um empreendimento, mas também a “um território, uma rede de produtores, um espaço de comercialização, uma feira” (p. 15), etc.

No caso da experiência em questão, o trabalho tem sido realizado com diversas comunidades rurais no mesmo território, na maior parte das vezes em conjunto, com três ou mais comunidades participando da mesma ação. O município de Viçosa tem cerca de 16 associações de agricultores/as familiares registradas, e pelo menos 10 delas foram acessadas pelos diferentes projetos desenvolvidos. E também, além do assessoramento a empreendimentos, desdobraram-se em processos de assessoramento para acesso a políticas públicas e experiências de ação política de controle social, como a assessoria a um conselho setorial municipal. O roteiro, a ordem das ações, não foi planejado previamente a partir de princípios reconhecidos no campo da incubação. Em 2017, não éramos uma incubadora, nos compreendíamos como extensionistas populares apenas. E fomos caminhando a

partir de alguns princípios básicos do planejamento de qualquer ação, como aquelas dos projetos de pesquisa que estávamos mais acostumados: precisamos conhecer esses homens e mulheres camponeses/as, o que produzem, como vivem, o que pensam, o que desejam, o contexto em que estão inseridos, para então contribuir com seu trabalho e com sua relação com este território a partir de suas referências e seus projetos.

Então é apenas retrospectivamente que podemos pensar como os passos dessa incubação foram construídos. E esse retrospecto nos mostra que, ainda que intuitivamente, aproximamo-nos significativamente do que diversos/as pesquisadores/as apontam atualmente como etapas essenciais da incubação. De modo geral, fala-se em 3 momentos centrais desse processo (Candeias et al., 2012): a) *pré-incubação*, momento de aproximação com o grupo, de reconhecimento de suas demandas, de produção de um diagnóstico e assinatura de um termo de compromisso; b) *incubação*, que envolve o processo de formação, visitas técnicas, elaboração de um plano de trabalho, execução e acompanhamento, além de formalização do empreendimento, quando for o caso; c) *pós-incubação ou desincubação*, momento em que o empreendimento está pronto para ir para o mercado e a incubadora passa apenas a acompanhar as atividades e realizar assessorias pontuais.

A partir desta e outras referências, a ITES IFAL ECOSOL, construiu uma metodologia de incubação baseada nas seguintes etapas: a) contato inicial; b) diagnóstico; c) construção do Plano de Trabalho; d) execução das atividades; e) avaliação; f) replanejamento. A partir dessa referência, faremos um esforço inicial de apresentação dos caminhos tomados pelo processo de incubação das comunidades rurais do Vale do Paraíba alagoano:

Quadro 1 – Etapas do processo de incubação da ITES IFAL ECOSOL junto a comunidades rurais do Vale do Paraíba alagoano (2017-2026)

ETAPA	PERÍODO	AÇÕES
Contato inicial	2017 a 2018	Cursos de extensão, projetos de extensão que promoviam debates sobre as condições de vida e trabalho e as primeiras experiências de assessoramento.

Diagnóstico	2017 a 2019	Projetos de pesquisa, rodas de conversa, visitas técnicas, que buscaram reconhecer a produção, comercialização, organização do trabalho e demandas das comunidades.
Construção do Plano de Trabalho	2020 a 2024	Em 2020 iniciamos o planejamento da primeira experiência coletiva de comercialização e em 2024 iniciou-se o planejamento da formação da cooperativa.
Execução das atividades	2020 a 2026	Principais ações realizadas: processos de formação, projeto de comercialização Roça do Vale, assessoria à participação ao PNAE do IFAL Viçosa, assessoria à reativação e funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável, constituição da Cooperativa Agropecuária Regional de Viçosa - Roça do Vale e criação do Grupo de Consumo Campo no Campus.
Avaliação	2020 a 2026	Tem sido feita ao longo de todo o processo, em reuniões presenciais e remotas, realizadas em cada um dos projetos.
Replanejamento	2025 a 2026	Realizados em diversos momentos, como quando desativamos o projeto de comercialização Roça do Vale para, mais tarde, constituir a Cooperativa Roça do Vale.

Fonte: Quadro síntese elaborado pela autora a partir dos conteúdos dos projetos executados no período.

As ações realizadas partiram, em todas as situações, de métodos participativos e experiências de assessorias baseados nos princípios da Educação Popular freireana (FREIRE, 2019), produzindo espaços de construção de conhecimentos e partilhas a partir da realidade vivenciada pelos/as agricultores/as e comunidades, estimulando as práticas da autonomia, da emancipação social e combate a relações de submissão. Consideramos, tal como o autor, o histórico colonial e agrário brasileiro, construído à base de relações clientelistas, mandonistas, e a necessidade de, sobretudo em ações voltadas ao universo rural, contribuir para que homens e mulheres do campo construam espaços de autonomia e fortaleçam o ato de pensar o mundo criticamente.

No tópico a seguir, analisaremos cada uma destas etapas remetendo aos resultados e desafios enfrentados, chegando até o momento atual da organização produtiva e social destes/as agricultores/as familiares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao iniciar o processo de rememoração dessa relação de comunicação (HABERMAS, 2022) entre camponeses/as de diversas comunidades rurais de Viçosa

e a ITES IFAL ECOSOL e das experiências construídas coletivamente, realizamos o trabalho de recuperação e sistematização de todos os projetos registrados, aprovados e executados junto à PROEX e PRPPI ao longo dos anos. As ações e interações, todavia, não se restringiram a esses projetos registrados. Ao final dos prazos dos editais, seguimos sempre em diálogo, avaliação, reavaliação e construção. Esse quadro, todavia, nos oferece uma primeira imagem do teor das ações desenvolvidas, que serão analisadas a seguir, em conjunto.

Quadro 2 - Ações de pesquisa e extensão realizadas e em execução entre 2017 e 2026 junto a camponeses/as do Vale do Paraíba alagoano

	ANO	TIPO DE AÇÃO	TÍTULO	ÁREA *	TIPO DE AÇÃO**
1	2017	Curso de Extensão	Produção e Consumo de alimentos.	Socio.	APR. FORM.
2	2017	Pesquisa	Redes, mercado e reprodução social: reconhecendo processos e espaços de comercialização da agricultura familiar no Vale do Paraíba alagoano.	Socio.	DIAG.
3	2017	Pesquisa	Cozinha, cultura e reprodução social: a indústria doméstica no Vale do Paraíba alagoano.	Socio.	DIAG.
4	2017	Pesquisa	Saberes, fazeres e sustentabilidade: conhecimentos agroecológicos de agricultores e agricultoras do Vale do Paraíba alagoano.	Socio.	DIAG.
5	2018	Projeto de Extensão	Gênero e Equidade no campo: homens e mulheres pelo fortalecimento da agricultura familiar.	Socio.	APR. FORM.
6	2018	Projeto de Extensão	Juventude Rural (re)significando o campo e o trabalho coletivo na agricultura familiar.	Socio.	APR. FORM.
7	2018	Projeto de Extensão	Consultoria Comercial e Mercadológica para Associações Agrícolas da região de Viçosa, Alagoas.	Adm.	ASS.
8	2018	Projeto de Extensão	Gestão Financeira para a Autogestão na Agricultura Familiar	Adm.	ASS.
9	2018	Curso de Extensão	Autogestão para a Agricultura Familiar	Adm.	FORM.
10	2018	Pesquisa	Formação do campesinato na zona da mata alagoana, município de Viçosa: a constituição do modo de vida camponês e das condições de reprodução social no campo.	Socio.	DIAG.
11	2018	Pesquisa	O campesinato alagoano: balanço da produção bibliográfica e primeiras análises histórico-críticas	Socio.	DIAG.
12	2019	Pesquisa	Formação do campesinato na zona da mata alagoana, município de Viçosa: a situação dos assentados de reforma agrária e demais ocupantes de terras públicas.	Socio.	DIAG.
13	2020	Projeto de Extensão	Roça do Vale: fomento à organização coletiva, produção agroecológica e comercialização da agricultura camponesa em Viçosa/AL.	Socio. Nutri.	ASS.

14	2021	Projeto de Extensão	Roça do Vale: fomento à organização coletiva, produção agroecológica e comercialização da agricultura camponesa em Viçosa/AL (FASE II)	Socio. Nutri.	ASS.
15	2022	Projeto de Extensão	Roça do Vale: fomento à organização coletiva, produção agroecológica e comercialização da agricultura camponesa em Viçosa/AL (FASE III)	Socio. Nutri.	ASS.
16	2023	Projeto de Extensão	Programa Nacional de Alimentação Escolar em Viçosa-AL: assessoria em gestão do trabalho e da produção para agricultores/as familiares por meio da incubadora de economia solidária Ifal Ecosol.	Socio. Nutri.	ASS.
17	2023	Projeto de Extensão	Fortalecendo o Conselho de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Município de Viçosa	Socio. Adm.	ASS.
18	2023	Projeto de Extensão	IFAL Ecosol: Fortalecendo os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Vale do Paraíba (AL)	Socio. Adm.	ASS.
19	2024	Projeto de Extensão	Programa Nacional de Alimentação Escolar no Vale do Paraíba alagoano: assessoria em gestão do trabalho e da produção para agricultores/as familiares por meio da incubadora de Economia Solidária Ifal Ecosol (ETAPA 2)	Socio. Nutri.	ASS.
20	2024	Projeto de Extensão	Fortalecendo o Conselho de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Município de Viçosa - IFAL ECOSOL	Socio. Adm.	ASS.
21	2025	Projeto de Extensão	Incubação da Cooperativa Agropecuária Regional de Viçosa Roça do Vale: em busca de mercados e articulação política e social com o território do Vale do Paraíba.	Socio. Adm.	ASS.
22	2025	Projeto de Extensão	Fortalecendo o Conselho de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Município de Viçosa	Socio. Adm.	ASS.
23	2026	Projeto de Extensão	Incubação da Cooperativa Roça do Vale (FASE II): engajamento, gestão do trabalho e formação técnica e política.	Socio. Adm.	ASS.
24	2026	Projeto de Extensão	Grupo de Consumo Campo no Campus: construindo práticas de consumo responsável para fortalecimento da economia solidária.	Socio. Adm. Info.	ASS.

*ÁREA: Sócio = Sociologia, Adm = Administração; Nutri = Nutrição; Info = Informática

**TIPO DE AÇÃO: APR = Aproximação; FORM = Formação; DIAG = Diagnóstico; ASS = Assessoria.

Fonte: Os autores.

O momento que marcou a aproximação com os/as camponeses/as de Viçosa foi o Curso de Extensão “Produção e Consumo de Alimentos”, quando os/as convidamos a uma diversidade de reflexões. Discutimos o papel da comida na evolução do homem, comida enquanto cultura, história da produção de alimentos no Brasil e a relação com as classes e desigualdades sociais, algumas perspectivas sobre a fome, a diferenciação entre agricultura convencional e agroecológica, o impacto econômico e ambiental das dietas alimentares, aproveitamento integral dos alimentos, plantas alimentícias não-convencionais e cooperativismo na produção de

alimentos. Por entre nossos encontros, fomos discutindo perspectivas e reconhecendo as características, problemas e potencialidades da produção de alimentos na região. Os debates aconteciam na forma de aula expositiva dialogada, cine-debate com documentários e filmes relacionados à produção de alimentos, e rodas de conversa.

Neste mesmo ano (2017), desenvolvemos 3 projetos de pesquisa (itens 2, 3 e 4 do quadro 2), que foram atividades diagnósticas importantes para informar essa relação de comunicação. Reconhecemos a importância da indústria doméstica na região, com destaque para os produtos derivados da macaxeira e do inhame, mas também de frutas, do leite e da proteína animal. Destacamos uma divisão do trabalho que mantém nas mãos dos homens as produções mais rentáveis (como os derivados de leite e proteína animal), e com as mulheres aquelas menos rentáveis (raízes e frutas). Compreendemos que estes e os produtos in natura eram escoados sobretudo através das feiras locais e dos programas públicos de aquisição de alimentos (como PNAE e PAA), e que naquele momento sofriam com a redução do orçamento para tais políticas. Havia ainda pouca inserção do livre mercado (e ainda há), e desde aquele momento os/as agricultores/as sentiam a necessidade de constituir uma cooperativa. Quanto à produção agroecológica, poucos eram os/as agricultores/as que se identificavam como agroecológicos, embora fosse generalizado o comportamento de evitar o uso de agroquímicos. Todavia, quando as pragas se alastravam ou a terra precisava de correção mais severa, os utilizavam. Esse cenário não se alterou muito na região desde então¹.

Depois dessa primeira aproximação e diagnóstico, continuamos com tais atividades e iniciamos as primeiras assessorias, ainda pouco articuladas com um planejamento claro das associações. Através do Programa Minha Comunidade no ano de 2018 executamos, por meio de um coletivo de 4 (quatro) docentes, 4 (quatro) projetos de extensão e 1 (um) curso de extensão (itens 5 a 9 do quadro 2). Por meio destas ações, começamos a circular pelas comunidades ouvindo os/as camponeses/as ligados a diferentes associações em rodas de conversa, oferecemos oficinas produtivas a partir dos interesses manifestados pelas mulheres e homens das comunidades (como oficina de cosméticos naturais, oficina de biolimpeza, oficina de

¹ Os resultados deste trabalho foram apresentados na 70ª Reunião Anual da SBPC, em 2018, e publicados no Caderno de resumos do Simpósio Nacional de Educação: ciência, responsabilidade social e soberania, pela UFAL (CADERNO, 2018, p. 292, 377 e 386)

crochê), palestra sobre produção agroecológica, e organizamos visitas técnicas em outras associações de agricultores/as do Estado, como em Branquinha/AL e Igaci/AL, e também em duas áreas de produção de hidroponia. Estas ações envolviam sobretudo mulheres e jovens rurais, a fim de integrá-los mais e melhor à atividade produtiva dos sítios, já que são tantas vezes alijados ou ocupam posições subalternas. E com os jovens, especificamente, organizamos uma horta agroecológica em uma área nos fundos do campus, integrando estudantes filhos e filhas de agricultores/as e também jovens das áreas rurais que tinham fácil acesso à cidade.

Ainda no âmbito deste Programa, destaco o projeto que ofereceu uma consultoria comercial e mercadológica para as associações de agricultores/as do município. Depois da aplicação de um diagnóstico, de algumas visitas técnicas e rodas de conversa, organizadas por um docente do campus (o segundo autor) com experiência profissional como consultor do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), os resultados foram organizados e apresentados aos dirigentes das associações de agricultores/as em reunião que contou com a presença de autoridades locais. Entre os principais encaminhamentos apresentados, destacou-se a projeção de um trabalho inicial voltado à implementação de atividades cooperativistas. Na ocasião, foi proposto um plano preliminar que previa a constituição de capital social para viabilizar a contratação de um profissional responsável pela comercialização dos produtos das associações, além do mapeamento de mercados e redes supermercadistas estratégicas para ampliação das vendas.

O trabalho de diagnóstico para compreensão da realidade local, parte importante de qualquer trabalho de incubação, continuou também na forma de projeto de pesquisa nos anos de 2018 e 2019 (itens 10 a 12 do quadro 2). Neste momento, fizemos um estudo bibliográfico sobre o campesinato alagoano e também estudamos as formas de acesso à terra na região de Viçosa. Nesse momento, circulamos por 12 comunidades rurais de Viçosa, gravando entrevistas e realizando visitas técnicas, e encontramos o seguinte cenário:

(...) reconhecemos três vias principais de acesso à terra na região: (I) o parcelamento de médias e grandes propriedades, após a crise da produção canavieira, que passaram a ser ocupadas por herdeiros através das gerações, e também por arrendatários ou pequenos proprietários que adquiriram terras de antigos herdeiros que abandonaram a atividade agropecuária; (II) a doação de terras à Igreja, as conhecidas “terras de santo”, que receberam agricultores

familiares na forma de atos de caridades direcionado aos pobres e hoje são administradas por associações constituídas e administradas por eles; (II) o acesso a terras públicas da Universidade Federal de Alagoas e antigas terras privadas desapropriadas para a Reforma Agrária pelo Governo Federal (INCRA) ou pelo governo estadual (ITERA) a partir da década de 90 (Melo et al., 2019)

Após esse período de aproximação e diagnóstico, que se estende de 2017 a 2019, é durante a pandemia (ano de 2020) que planejamos e executamos, de modo mais sistemático, a primeira ação de comercialização coletiva (item 13 do quadro 2), envolvendo 6 comunidades rurais: povoado Bananal, assentamento Dourada, povoado Pedra de Fogo, povoado Pedra Redonda, agrovila São Luís, assentamento São Pedro. Surge, então, o Coletivo Roça do Vale, um serviço de delivery de produtos da agricultura camponesa a partir da articulação de uma rede de atores e instituições (IFAL, EMATER, Secretaria da Agricultura e associações de 4 comunidades rurais), impulsionado pelas dificuldades à comercialização e reprodução social camponesa impostas pelo contexto de distanciamento social e pelo cenário político de desregulamentação e retrocesso nas políticas públicas direcionadas à agricultura camponesa. O projeto movimentou no primeiro ano R\$ 17.918,60 em vendas de produtos da agricultura familiar, nas 35 semanas de atuação, com 437 pedidos. Incorporou e gerou renda para 26 famílias de “parceiros produtivos”. Além dos produtos comercializados, foi produzido material visual significativo sobre os benefícios e os diversos usos possíveis dos produtos da região, em informações nutricionais e receitas, organizados por uma nutricionista, a terceira autora deste artigo. O projeto seguiu por mais dois anos (2021 e 2022, itens 14 e 15 do quadro 2), mas o número de clientes foi diminuindo na mesma medida que o isolamento social da pandemia. Ademais, havia também insatisfações dos/as parceiros/as consumidores/as com relação à diversificação de produtos, qualidade de produtos entregues, levando as associações a pensar na necessidade de maior qualificação para comercialização direta ao consumidor.

Nos anos que se seguiram, 2023 e 2024 (itens 16 e 19 do quadro 2), trabalhamos junto à área de nutrição da reitoria para o estabelecimento da alimentação escolar no campus Viçosa (PNAE) a partir da produção da agricultura familiar, com importante suporte e orientação da nutricionista que neste artigo é a quarta autora, e acompanhamento também enquanto atividade extensionista coordenada pela primeira autora, articulando, monitorando e contribuindo para

superar as dificuldades encontradas pelos/as agricultores/as. Até este ano de 2026 este fornecimento é a única alimentação escolar a que os estudantes do campus têm acesso, na forma de produtos de indústria doméstica (pães, bolos, biscoitos, tapiocas, chips) e frutas (banana, laranja ponkan). A articulação que viabilizou o acesso a mais essa política pública tem sido importante fonte de renda para pelo menos 4 comunidades de Viçosa e região: Agrovila São Luís, Comunidade Bananal (Associação Virgem dos Pobres) e associação Municipal Aagrav, em Viçosa/AL; Povoado João de Deus, em Capela/AL. Desde fevereiro de 2024 até junho deste ano de 2026 foram movimentados R\$ 436.831,26 e aproximadamente 6,8 toneladas de alimentos. Esse montante foi destinado às quatro comunidades fornecedoras na seguinte proporção: 55% para a Associação São Luiz, 25% para a Associação Aagrav, 15% para a Associação João de Deus e 5% para a Associação Virgem dos Pobres.

Além deste trabalho de incubação da primeira experiência de comercialização coletiva, fizemos um trabalho de assessoria para a reativação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável de Viçosa/AL - CMDRS, que foi resposta à demanda apresentada por diversos/as agricultores/as que reclamavam falta de acesso e transparência à informações relacionadas aos programas públicos de fomento e comercialização institucional. Dois docentes (a primeira e o último autor) trabalharam, no ano de 2022, na reformulação da lei que criou o Conselho no município, que pouco atuou efetivamente e estava inativo há alguns anos. A lei foi apresentada, revisada e aprovada em uma Audiência Pública, e então apresentada por um vereador à Câmara Municipal de Viçosa. Aprovada em novembro de 2022, iniciamos um trabalho de assessoria à primeira gestão do CMDRS (item 17 do quadro 2), que se estendeu por mais dois editais, até o ano de 2025 (itens 20 e 22 do quadro 2). Avaliamos que foi uma experiência exitosa de (re)institucionalização de conselhos, no contexto de uma cultura política clientelista e patrimonialista, abrindo espaço para a participação cidadã, política, de comunidades e associações de agricultores/as familiares, tornando-se importante espaço de reconhecimento, de luta por redistribuição, e de articulação de demandas que ultrapassam o campo das políticas públicas. O CMDRS é a um só tempo um espaço de representatividade, controle social e articulação intercomunitária. Todavia, desde 2025 tem sido sistematicamente desmobilizado por agentes públicos municipais, carecendo de maior envolvimento de agricultores/as em sua defesa.

É também nesse período, depois de uma articulação inicial no ano de 2022, que iniciamos a construção da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (ITES) IFAL Ecosol (item 18 do quadro 2). A experiência foi articulada por um servidor que chegara a pouco do IFRN (o quinto autor deste artigo), depois de lá também ter contribuído para o estabelecimento de incubadoras da mesma natureza. A partir de 2023 os núcleos locais da ITES IFAL ECOSOL (no Intagram, @ecosol.ifal) foram se estabelecendo nos campi, tendo chegado até a presente data a 15 campi do IFAL, restando apenas um para completarmos a constituição de nossa rede local, vinculada à Rede IF Ecosol (no Instagram, @redeifecosol). Com o estabelecimento da incubadora, passamos a nos articular a este movimento social, reconhecendo importantes princípios e práticas de organizações comunitárias autogestionárias (SINGER, 2002), qualificando nosso trabalho de incubação, participando de eventos, visitas técnicas, aperfeiçoando projetos e métodos de trabalho.

Esse processo de comunicação entre IFAL, comunidades rurais de Viçosa e agentes públicos municipais (prefeitura e EMATER), e de qualificação das prática de incubação de nossa ITES, culminam na constituição, em 29 de abril de 2025, da Cooperativa Agropecuária Regional de Viçosa - Roça do Vale, em Assembléia com ampla participação realizada no auditório do IFAL Viçosa/AL, 9 anos após o início dos trabalhos de extensão iniciados em 2017. A Cooperativa é iniciada com 25 sócios e um capital social estimado em R\$ 40.525,00 (o valor de um salário mínimo por sócio). O nome da cooperativa, inclusive, recupera o nome do primeiro coletivo de agricultores/as familiares formado para comercialização naquele ano de 2020, durante a pandemia. Ela é, portanto, resultado de um longo processo de diagnóstico, formação, reflexão coletiva, ponderações, experimentações, amadurecimento e articulações, que têm como antecedente mais recentes as reuniões do CMDRS. Nas reuniões mensais daqueles dois anos da primeira gestão, o assunto sempre retornava, entre ponderações de que as comunidades ainda não estavam amadurecidas para esse passo, até o encorajamento de alguns representantes de comunidades, que foi afetando outros/as e mais outros/as. Então, depois de algumas reuniões de formação e articulações, uma minuta de Estatuto foi redigida por uma comissão formada por agricultores/as e membros/as da incubadora (a primeira e o último autor), apresentada em uma Audiência Pública, revisada, ajustada, aprovada e então feita a convocação para a Assembléia de Constituição. Conduzimos o processo de registro da cooperativa (concluído em setembro de 2025) e desde então temos

acompanhado (itens 21 e 23 do quadro 2) o planejamento e os desafios de articulação e engajamento dos/as 25 sócios/as que compõem a cooperativa, e de inserção no mercado. Nos últimos dias (antes da entrega deste artigo), os/as cooperados/as obtiveram a cessão de um espaço pela prefeitura para estabelecer a sede da cooperativa. E, para impulsionar as primeiras experiências de comercialização, construímos no IFAL Viçosa o Grupo de Consumo Responsável Campo no Campus, constituído por servidores/as que compram semanalmente produtos fornecidos pelos/as sócios/as da Roça do Vale (item 24 do quadro 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rememoração dessa relação de comunicação entre servidores/as do IFAL, camponeses e camponesas do Vale do Paraíba alagoano e agentes públicos que atuam no município (re)conta uma história recente de partilhas que contribuíram, a um só tempo, para desenvolver os grupos autogestionários de camponeses/as das comunidades rurais de Viçosa e região e também os/as servidores/as do IFAL enquanto membros/as de uma incubadora de economia solidária. Na direção da compreensão de extensão de Paulo Freire, nós efetivamente aprendemos juntos, construímos juntos, e nos constituímos juntos como enquanto sujeitos na luta por transformações sociais e territoriais significativas na zona rural de Viçosa e do entorno, e na melhoria das condições de vida e trabalho da população que habita esse território.

E se estamos deixando (enquanto instituição) alguma contribuição relevante para estes/as camponesas/as, tão invisibilizados por esta sociedade urbanocêntrica e cujo desenvolvimento econômico privilegia e premia de diversas formas as grandes corporações do agronegócio, é sobretudo a sensação para eles, que vem da prática desta relação de comunicação (HABERMAS, 2022) constituída ao longo do tempo, de que, sim, eles/as são sujeitos de direitos, vistos, percebidos por uma instituição pública de ensino, pesquisa e extensão que faz parte daquele território, e que tem como uma das importantes missões desenvolver e transferir tecnologia social que contribua para diminuir as históricas desigualdades sociais que herdamos.

REFERÊNCIAS

- ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (org.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária**: concepção, metodologia e avaliação. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. v. 1. 296 p. (Coleção Pesquisa, Ação e Tecnologia; 4).
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a. p. 197-221.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: **Obras escolhidas I**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994b. p. 114-119.
- CANDEIAS, Vale do Paraíba alagoano. Metodologia de Incubação da Unitrabalho com Intervenções sócio-educativas em Empreendimentos Solidários em Alagoas. In: **Anais do IV ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, 2012. Disponível em: <https://anais.eneds.org.br/index.php/eneds/article/view/172>. Acesso em: 20 abr, 2024.
- CADERNO de resumos do Simpósio Nacional de Educação: ciência, responsabilidade social e soberania. Maceió: **Universidade Federal de Alagoas**, 2018. 1023 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3908>. Acesso em: 30 ago 2018, p. 292, 377 e 386.
- DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas, Autores Associados, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria da ação comunicativa**. Vol. 2. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- MATARAZZO, Gustavo; BOEIRA, Sergio Luís. Incubação de cooperativas populares: representações sociais e tensões entre racionalidades. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, nº 1, Artigo 10, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/s4SF7hhyML6ZwnxkfHcBWPn/?lang=pt>. Acesso em: 15 março 2026.
- MELO, Beatriz Medeiros de. **Migração, memória e território**: o trabalhador rural nordestino na Ibaté paulista. 2008. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente Presidente Prudente.
- MELO, Beatriz Medeiros de. **História e memória na contramão da expansão canavieira**: um estudo das formas de resistência dos sitiantes do extremo noroeste paulista. 2013. 222 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e

Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2013.

MELO, Beatriz Medeiros de et al. Camponeses da zona da mata alagoana nas brechas do mercado: sentidos, processos e mecanismos de recampesinização. In: **Anais do VIII CONINTER**, Unit/AL, 2019. Disponível em: <https://static.even3.com/processos/e849427c339d40b09797.pdf?v=639140462580846349>. Acesso em: 10 abr 2026.

MUSSI, Ricardo Fraklin de Freitas; FLORES, Fabio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60–77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.